

Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas

2



*Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)*

Atena
Editora

Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas

2



*Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)*

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] :
necessidades individuais & coletivas 2 / Organizadora
Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa,
PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-363-7

DOI 10.22533/at.ed.637200909

1. Ciências sociais aplicadas – Pesquisa – Brasil. I.
Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas”, são ao todo trinta e dois artigos organizados e apresentados em dois volumes.

As pesquisas abordam temas relevantes que visam identificar, analisar e refletir sobre as relações estabelecidas entre os fenômenos sociais, econômicos e políticos no atual contexto.

No primeiro volume apresenta-se quatorze artigos com pesquisas relacionadas a três eixos temáticos: Desenvolvimento tecnológico, inovação e sustentabilidade; Consumo, comunicação e informação e Educação e processos de formação voltados para a cidadania e práticas emancipatórias.

O segundo volume é composto por dezoito artigos que tratam sobre políticas públicas e gestão pública e os impactos no atendimento das demandas relacionadas a área de saúde, profissionalização, socioeducação, sistema judiciário e processos de institucionalização. Os artigos analisam também os aspectos políticos e coligações partidárias.

Os artigos possibilitam o reconhecimento e análise de maneira mais aprofundada dos temas abordados, bem como, podem contribuir para a realização de novos questionamentos e pesquisas, com aproximações sucessivas das relações sociais e desvelamento das necessidades individuais e coletivas existentes no atual contexto

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

SUSPENSÃO DE PROCEDIMENTOS HEMODINÂMICOS: UM DESAFIO PARA A GESTÃO PÚBLICA

Alexandre Rodrigues Inácio de Azevedo

Jéferson Valente Vieira

Adriana Maria Lamego Rezende

Renato Cruz de Sousa

Ana Luísa Carneiro Pereira Gonçalves

Bráulio Lamego Resende

Fernanda Cruz de Souza

Matelane dos Anjos Rezende

DOI 10.22533/at.ed.6372009091

CAPÍTULO 2..... 14

COVID 19 COMO DOENÇA OCUPACIONAL E SEUS IMPACTOS NA ESFERA PREVIDENCIÁRIA

Letícia Vieira Mattos

DOI 10.22533/at.ed.6372009092

CAPÍTULO 3..... 25

O ROMPIMENTO DO HIATO DO GÊNERO A PARTIR DE ROTAS METABÓLICAS BIOQUÍMICAS

Maria Betânia de Oliveira Garcia

Carolina Helena Almeida Silva

Ariane Ribeiro Martins

DOI 10.22533/at.ed.6372009093

CAPÍTULO 4..... 41

AGLOMERADOS DE ALTO RISCO DE MORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRANSPORTE TERRESTRE NO BRASIL

Érika Carvalho de Aquino

Vinícius da Silva Oliveira

Marli de Mesquita Silva Montenegro

José Maurício Botto de Barros Garcia

João Bosco Siqueira Júnior

Otaliba Libânio de Moraes Neto

DOI 10.22533/at.ed.6372009094

CAPÍTULO 5..... 58

BREVE REFLEXÃO SOBRE ADOÇÃO E A CULTURA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Izabel Tereza Sousa Silva

Wnágylly Jéssica da Silva Pinheiro

Juliana Lara Borges Soares

Anna Gabriella Barbosa de Carvalho Silva

Cidianna Emanuelly Melo do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.6372009095

CAPÍTULO 6..... 66

TURISMO E CULTURA: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS GRUPOS DE CARIMBÓ DE BELÉM-PA

Victor Barbosa Campos

Maria Augusta Freitas Costa Canal

DOI 10.22533/at.ed.6372009096

CAPÍTULO 7..... 78

AFETOS EM MOVIMENTO: TRAJETÓRIAS DE MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA E NO MST

Flávia Cunha Pacheco

Carolina de Andrade Guarnieri

Luna Carulina Mendes Filgueiras

Maria Therezinha Loddi Liboni

DOI 10.22533/at.ed.6372009097

CAPÍTULO 8..... 90

ESTRATÉGIAS DE *COPING* ADOTADAS POR FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Ana Naysa Albuquerque Teixeira

Cibelly Aliny Siqueira Lima Freitas

Verônica de Azevedo Mazza

Maria Adelane Alves Monteiro da Silva

Etelvina Melo Sampaio

Benedita Shirley Carlos Rosa

DOI 10.22533/at.ed.6372009098

CAPÍTULO 9..... 106

CAPITAL TRABALHO E ESTADO NA POLÍTICA PÚBLICA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO AGRONEGÓCIO: TRILHAS DE UMA PESQUISA NO ESTADO DO PIAUÍ

Paula Maria do Nascimento Mazullo

Maria Dione Carvalho de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.6372009099

CAPÍTULO 10..... 119

COMO PROMOVER A REINserÇÃO DE EX-PRESIDIÁRIOS NA SOCIEDADE DE MATO GROSSO

Hiayssa França Almeida

DOI 10.22533/at.ed.63720090910

CAPÍTULO 11..... 121

A INDEPENDÊNCIA CONGOLESA COMO UM PROCESSO DE MANUTENÇÃO DO CONSERVADORISMO SOCIAL E ECONÔMICO

Felipe Antonio Honorato

Paulo Cesar de Abreu Paiva Júnior

DOI 10.22533/at.ed.63720090911

CAPÍTULO 12.....	133
JUSTIÇA RESTAURATIVA: CONTRIBUIÇÕES PARA A CULTURA DE PAZ MEDIANTE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	
Débora Maria Ferreira da Silva	
Francisco Mateus Pontes Pereira	
Tânia Gabriela de Sousa de Paiva	
Maria Isabel Silva Bezerra Linhares	
DOI 10.22533/at.ed.63720090912	
CAPÍTULO 13.....	144
O REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO: UMA ANÁLISE DE SUA NATUREZA JURÍDICA	
Mateus Gruber	
Sarah Francine Schreiner	
DOI 10.22533/at.ed.63720090913	
CAPÍTULO 14.....	155
“FUTEBOL-BANDIDO”: OS <i>CARTOLAS DA CBF</i> E A CORRUPÇÃO NO BRASIL	
Breno Carlos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.63720090914	
CAPÍTULO 15.....	168
O DIREITO FUNDAMENTAL À PROFISSIONALIZAÇÃO DE SOCIOEDUCANDOS QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM SALVADOR: ABORDAGEM CRÍTICO-ANALÍTICA	
Evandro Luís Santos de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.63720090915	
CAPÍTULO 16.....	179
O SOCIALISMO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	
Rodolfo Palazzo Dias	
Eric Gil Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.63720090916	
CAPÍTULO 17.....	203
COALIZAÇÕES ORGANIZACIONAIS – RESPOSTA À CONJUNTURA DE ALTA COMPETITIVIDADE	
Adelcio Machado dos Santos	
Daniel Tenconi	
DOI 10.22533/at.ed.63720090917	
CAPÍTULO 18.....	216
ANCESTRALIDADE E POLÍTICA NA TRAJETÓRIA DE MÃE HILDA DE JITOLU	
Ayni Estevão de Araujo	
Geander Barbosa das Mercês	
DOI 10.22533/at.ed.63720090918	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	227

BREVE REFLEXÃO SOBRE ADOÇÃO E A CULTURA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 05/06/2020

Izabel Tereza Sousa Silva

Bacharel em Serviço Social - Faculdade
Uninassau – Teresina, Piauí

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5311274515091718>

Wnáylla Jéssica da Silva Pinheiro

Bacharel em Serviço Social - Faculdade
Uninassau – Teresina, Piauí

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3959700986145594>

Juliana Lara Borges Soares

Bacharel em Serviço Social - Faculdade
Uninassau

Pós-graduação em Saúde da Família, Saúde
Pública e Docência do ensino superior da
Faculdade Ademar Rosado – Teresina, Piauí
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2119832949798202>

Anna Gabriella Barbosa de Carvalho Silva

Bacharel em Serviço Social - Faculdade
Uninassau – Teresina, Piauí

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3865449035185632>

Cidianna Emanuely Melo do Nascimento

Programa de Pós-graduação em Saúde
Coletiva da Universidade Estadual do Ceará
(UECE) – Fortaleza, Ceará

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2435707924510627>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5477-4413>

RESUMO: O trabalho em questão intitulado “Breve reflexão sobre Adoção e a cultura da institucionalização”, trata-se de uma pesquisa

bibliográfica, com abordagem qualitativa, de caráter descritivo. Quanto ao método, a pesquisa foi fundamentada no método hipotético-dedutivo. O trabalho teve como objetivo demonstrar por meio de bases teóricas a realidade da adoção no Brasil e a cultura da Institucionalização frente à importância da convivência familiar no processo de adoção. O conteúdo desta produção está subdividido em dois capítulos: o processo histórico da institucionalização e o segundo tratando da institucionalização à adoção. Assim, foram trabalhados autores como: Gina Levinzon (2005); Ana Maux (2010); Bittencourt (2010) e Marina (2003). Percebeu-se que com base nas teorias, a adoção é permeada por uma herança cultural de preconceito e uma forte institucionalização que prejudica os jovens e crianças que permanecem em abrigos a serem adotados. Apesar da Nova Lei da Adoção ainda assim, a mesma é um processo demorado como também o processo de avaliação de reinserção a família de origem.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção, Institucionalização, Cultura.

BRIEF REFLECTION ON THE ADOPTION AND CULTURE OF INSTITUTIONALIZATION

ABSTRACT: The work in question entitled “Brief reflection on Adoption and the culture of institutionalization”, is a bibliographic research, with a qualitative approach, of a descriptive character. As for the method, the research was based on the hypothetical-deductive method. The work aimed to demonstrate, through theoretical bases, the reality of adoption in Brazil

and the culture of Institutionalization in view of the importance of family life in the adoption process. The content of this production is divided into two chapters: the historical process of institutionalization and the second dealing with institutionalization to adoption. Thus, authors such as: Gina Levinzon (2005); Ana Maux (2010); Bittencourt (2010) and Marina (2003). It was noticed that based on the theories, adoption is permeated by a cultural heritage of prejudice and a strong institutionalization that harms young people and children who remain in shelters to be adopted. Despite the New Adoption Law, it is still a lengthy process as well as the process of reintegration into the family of origin.

KEYWORDS: Adoption, Institutionalization, Culture.

1 | INTRODUÇÃO

Entende-se por adoção, o ato de acolher e amar uma criança ou adolescente por laços além da genética no qual busca estabelecer a convivência familiar e vida em comunidade à crianças e adolescentes que por alguma razão se encontra em abrigos.

A temática da adoção no Brasil passa pelos anos e desde a época da colonização era vista como um ato de caridade ou como forma de conseguir trabalhadores gratuitos, no qual acabou contribuindo para uma visão preconceituosa nos dias de hoje. Pois segundo Maux e Dutra (2010, p. 359) a adoção “a princípio esteve relacionada com caridade, em que os mais ricos prestavam assistência aos mais pobres”. Além de ser marcada por preconceito e cercada de mitos, a adoção divide opiniões até hoje, o que contribuiu para que no século XX fosse motivo de ser feita às escondidas.

Na lei de 22 de setembro de 1828, em seu artigo 2 parágrafo 1 concede a legitimação de filhos tanto legítimos como ilegítimos para perpetuar nomes de famílias que não poderiam ter filhos de sangue, contudo ao passar dos anos surgiu uma nova lei do dia 8 de maio de 1957 que sancionou a adoção a quem já possuía filhos mas estes não teriam direitos ao patrimônio familiar e vale destacar que foi na lei 3.133/57 foi colocado em parágrafo único que não poderia adotar sem está casado a menos de 5 anos, o que já dificultaria o processo para muitos.

A lei de nº 4.655 de 2 de junho de 1965, dava direito a viúvas e divorciados para adotar. A mesma foi revogada até chegar na lei 8.069 de 13 julho de 1990, reforçado pela Constituição Federal de 1988 que assegura em seu artigo 227 que é de prioridade a convivência familiar ao institucional, onde o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe em seu artigo 19 que cita o direito da criança ou adolescente deve ter educação mesmo que em família substituta para assegurar a convivência familiar e comunitária.

A chamada Nova Lei da Adoção de nº 13.509 de novembro de 2017 foi criada para acelerar os processos de adoção, mas mesmo assim as crianças e adolescentes ainda enfrentam muitos processos até serem adotadas ou reinstituídas para a família de origem.

O ato de institucionalizar se dá quando devido a alguma violação de seus direitos comprometendo sua integridade física, ou moral ou por ser órfão, onde a permanecia em

abrigos se dá enquanto não completar seus 18 anos, e segundo o Cadastro Nacional da Adoção, em 2019 havia 5.021 crianças e adolescentes aguardando a resolução de sua situação.

De acordo com Sávio Bittencourt em seu livro chamado A Nova Lei da Adoção aponta em seu livro uma passagem sobre de como a vida nos abrigos, onde o mesmo menciona que:

Enorme número destes infantes e jovens são criados longe do ambiente familiar. Vivem instituições privados do cuidado individualizado de uma família. Sua formação psicológica se faz coletivo, detrimento de seu amor próprio. As sementes do afeto são mais eficazes quando existe uma família que se disponha a amor e cuidar da criança (BITTENCOURT, 2010, p. 4).

Como citado, isso se dá porque em abrigos as crianças vivem em coletividade e há carência de afeto além de tudo ser dividido até roupas íntimas, ou seja, por que manter um infante institucionalizado se segundo o Cadastro Nacional de Adoção - CNA, há 30 mil famílias a espera para adotar, ou seja existe uma cultura que dificulta a resolução rápida da situação das crianças e adolescentes perpetuando sua permanência dentro dos abrigos.

Essa longa temporada da criança no abrigo causa um sentimento de esperança de serem adotadas ou de sua volta para sua família de sangue, o que depois de um tempo pode causar desesperança pelo tempo de demora institucionalizada causando sintomas físicos mas principalmente emocionais.

O objetivo deste trabalho foi demonstrar por meio de bases teóricas o histórico da adoção e a cultura da institucionalização, no qual visa destacar a importância da convivência familiar.

2 | METODOLOGIA

O presente trabalho foi elaborado com base em materiais já publicados, como livros e artigos científicos, pois “trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 43-44).

De forma que as pesquisadoras se aplicaram na discussão buscando enfatizar na realidade do processo de adoção no Brasil assegurado pela Lei nº 8.069/1990 onde estabelece direitos fundamentais da criança e do adolescente. Assim, classificando as pesquisas a serem utilizadas tornando-se possível entender de forma objetiva sobre a temática.

O tipo de pesquisa abordado foi descritiva, onde Gil (1996, p. 53) define a “pesquisa descritiva como a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Portanto, foram percorridas as

características, fatos e situações envolvendo o processo de adoção embasado em dados e pensamentos de autores. Seguindo a ideia de Gil (1996), esses objetivos são muito úteis para estabelecer o marco teórico, ou seja, ter uma aproximação conceitual.

Quanto ao método foi utilizado o método hipotético-dedutivo, pois o mesmo busca evidências empíricas. Na elaboração do trabalho foi utilizada a abordagem qualitativa, onde se busca compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais e promover um entendimento do comportamento dos indivíduos.

3 | O PROCESSO HISTÓRICO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

É necessário compreender a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, processo esse marcado por processos históricos que teve como resultados a Constituição Federal - CF de 1988, e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Federal nº 8.069, de 1990, onde se caracteriza de maneira inovadora na legislação brasileira.

A adoção se volta para o ato de acolher além do modo afetivo de maneira legal. Em que de acordo com Gomes (2001, p. 369) é “o ato jurídico pelo qual se estabelece, independentemente de procrastinação, o vínculo da filiação.” Toda criança ou adolescente deve ser provida do direito a convivência familiar e comunitária onde a adoção acontece de maneira definitiva sendo acolhido como filho.

No ECA, no capítulo III, assegura que toda criança ou adolescente tem direito de criar-se e educar-se no âmbito familiar, em família substituta quando a biológica não oferecer as condições necessárias para assegurar o acesso a moradia, lazer, alimentação e educação (BRASIL, 1990). Onde não somente a família se responsabiliza mais o estado e toda a sociedade.

Abrigos são instituições de acolhimento que ficam responsáveis pelo cuidado da criança e do Adolescente que muitas vezes chegam a intuição devido a violação de direitos como violência, abandono, negligência ou pela ausência de cuidado e proteção por parte da família. Vale salientar que o afastamento da criança ou do Adolescente acontece somente em caso de risco a integralidade física e/ou psíquica. Mais tenso como objetivo o retorno no menor tempo possível ao convívio familiar (BRASIL, 2015).

É importante destacar processo de institucionalização na espera de um lar pode durar anos, onde na vida da criança pode desencadear inúmeras consequências diante da ausência de um ambiente familiar tendo como algumas características: “depressão, insegurança, inferioridade intelectual, tornando-os um grupo identificado por esses comportamentos” (AYRES *et al.*, 2010, p. 424).

O sentimento de abandono causado pela institucionalização pode afetar as relações futuras dos indivíduo. Há o questionamento onde o que pesa mais a burocracia ou o preconceito, já que no Brasil segundo os dados do Cadastro Nacional de Adoção de 2019 haviam 5.021 crianças e adolescentes aguardando famílias substitutas, diante dos dados

o perfil das crianças e adolescentes que aguardam um lar não condizem com as exigências posta pelos adultos inscritos onde a idade é um fator importante na escolha onde há a preferência por crianças mais novas das 5 mil crianças e adolescentes cadastradas, cerca de 91,94% têm mais de seis anos de idade (4.616), os candidatos a adoção tem a cor muitas vezes como um fator essencial na hora da escolha do futuro filho em que 19,06% (958) são negras e 35,21% (1.768) tinham algum problema de saúde ou deficiência (BRASIL, 2019).

Por anos a história do Brasil volta a se repetir em que há mais pessoas interessadas em adotar do que crianças disponíveis para adoção, devido não cumprirem pré-requisitos exigidos por quem quer adotar. A adoção parte de uma escolha consciente na construção de uma relação diária para um vínculo de amor, porém muitos pais adotivos partem da imagem de uma criança ideal o que faz muitas estarem facadas a viver em um abrigo. Ghirardi (2008) fez um estudo diante da devolução das crianças adotadas que surge como dificuldades o laço afetivo com a criança. Grande parte das devoluções também se atribui ao comportamento e as dificuldades de relacionamento.

4 | DA INSTITUCIONALIZAÇÃO À ADOÇÃO

Com quase três décadas, o ECA, é um decreto inovador a respeito da questão, principalmente quando a temática é adoção. No Brasil a várias crianças e jovens abandonadas e espalhadas em diversas instituições públicas, aguardando ser designada para alguma família. Weber (2000), explica que tal evento ocorre devido a pobreza, a censura ao aborto, o crescimento do número de filhos ilegítimos, trabalho infantil e outras diversas questões sociais. De acordo com ECA no que se refere a institucionalização afirma:

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (Lei nº 12.010, de 2009).

Jovens e crianças em situação de institucionalização (principalmente aqueles que já possui mais de três anos na instituição) percebe-se que são rodeados de estigmas preconceituosos principalmente no momento da adoção, talvez esta visão esteja vinculada a credices, barreiras emocionais, racismo ou por não querer “criar aquilo que não gerou”. De acordo com Freitas (2017, p. 2) “A criança institucionalizada geralmente carrega consigo as marcas do abandono, rejeição e da violência causados pelos seus pais ou responsáveis.”

Conforme o estatuto da criança e adolescente, ECA, no artigo 2º no parágrafo 2º o abrigo institucional é algo que deve ser provisório na vida do infante podendo se prolonga até dois anos, porém em alguns casos ver a necessidade do abrigo torna-se permanente. No entanto quanto maior o tempo de institucionalização mais complicado será o desenvolvimento social.

Crianças sem famílias, abandonadas, institucionalizadas, sem figuras afetivas com quem possam estabelecer vínculos, interações estáveis, estão mais sujeitas a dificuldades em seu desenvolvimento, do que aquelas que têm um porto seguro onde ancorar (EBRAIM, 2001, p. 30).

Deste modo, ver-se a importância de um lar onde ofereça apoio e os cuidados necessários a estas crianças, de acordo com Tabora (2014, p. 18) “A adoção tem como finalidade responder as necessidades das crianças e dos pais, permitindo que ela encontre uma nova família, um ambiente afetivo satisfatório e ao mesmo tempo formativo.”

Os estigmas a adoção foi reduzindo ao longo do tempo, tornando-se reconhecido nos lares brasileiros. Mesmo com esta aceitação, outras questões dificultam no momento da adoção como a questão de idade, como cita Freitas (2017, p. 4) “Questões como a idade tem gerado consequências, como o prolongamento da institucionalização das crianças e um grande número de espera nos cadastros de adoção.”

A mesma autora ainda contribui afirmando que a partir dos 3 anos já é considerado uma adoção tardia, os adotantes temem que as situações já vividas possa trazer consequências a convivência familiar. De acordo com Ayala e colaboradores (2014), existe outras razões que atrapalha no momento da adoção, que são as crianças com perfis “não adotáveis”, infantes que apresenta algum tipo de deficiência, portadoras de histórico de problemas médicos biológicos, e jovens e crianças que já foram “devolvidos” a abrigos.

Outro obstáculo no momento da adoção, é a “burocracia brasileira” que apresenta lentidão nos procedimentos. De acordo com Domingos (2006) essa lentidão é contrária as necessidades da criança e dos jovens, contradizendo as exigências do ECA e desanimando diversas famílias, onde muitas acabam desistindo do andamento da adoção.

De acordo com ECA, o abrigo se torna uma opção quando não há possibilidade de uma reinserção familiar. No entanto, mesmo com o progresso a proteção da criança e adolescente, a inclusão deste público é algo delicado, pois a mesma sofre com resultados devastadores por conta da fragilidade da legislação, ausência afetiva e prejuízos causados por um ambiente empobrecido e opressivo. Mesmo com o trabalho de assistentes sociais e psicólogos em desmitificar algumas informações erradas em relação a adoção de crianças e jovens institucionalizados, o processo é aduado para que a criança e adolescente não sofra danos futuros.

5 | CONCLUSÃO

Percebe-se a importância de discutir mais políticas para a referida temática, onde o presente artigo constatou a necessidade de mais visibilidade, levando para uma reflexão sobre a cultura da institucionalização presente e passa despercebida para este assunto, em que pelo contexto cultural demonstra a adoção cercada de preconceito enraizado por estigmas no país.

Conclui-se que o trabalho levou em consideração teorias que provam como a adoção tem uma herança cultural de preconceito e a forte institucionalização prejudica os jovens e crianças que permanecem em abrigos carentes de afeto e sem individualidade. Apesar da Nova Lei da Adoção ainda assim, a mesma é um processo demorado como também o processo de avaliação de reinserção a família de origem.

REFERÊNCIAS

AYALA, S. C. A.; CARRIJO, A. F.; CASADEI, G. M.; GARCIA, S. K.; MINARDI, M. Z.; SILVA, G. C. G.; FREITAS, C. D. Adoção Tardia: O real contexto de adotantes e adotados. **FAEF-Garça Revista Eletrônica Científica de Psicologia**. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/NSt5lqOoz7sc4eO_2014-4-16-0-6-59.pdf. Acesso em 04 de junho de 2020.

AYRES, L. S. M.; COUTINHO, A. P. C.; SÁ, D. A.; ALBERNAY, S. Abrigos e abrigados: construções e estigmas. Rio de Janeiro: **Estudos e pesquisas em Psicologia**, v. 10, n. 2, ago., 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000200009. Acesso em: 02 jun. 2020.

BRASIL. **Lei de 22 de setembro de 1828**: Extingue os Tribunaes das Mesas do Desembargador do Paço e da Consciencia e Ordens e regula a expedição dos negocios que lhes pertenciam e ficam subsistindo. Rio de Janeiro, 1828. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38218-22-setembro-1828-566210-publicacaooriginal-89826-pl.html. Acesso em 20 de março de 2019.

BRASIL. **Lei n.º 3.133**, de 8 de maio de 1957. Brasília.

BRASIL. **Lei n.º 4.655**, de 02 de junho de 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4655.htm. Acesso em: 04 de jun de 2020.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Decreto- lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília.

BRASIL. **Ministério da Cidadania**. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2015.

BRASIL. Decreto-**Lei n.º 13.509**, de 22 de novembro de 2017. Brasília.

BRASIL. **Ministério Público do Estado do Paraná** – MPPR. Criança e adolescente, 2019.

BOCCALANDRO, M. P. R. O amor na relação terapeuta e no processo de cura. **Revista Psicologia (online)**, v. 4, n. 1, p. 72-81, 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142003000100008>// Acesso em: 22 de março de 2019.

BITTENCOURT, S. A Nova Lei da Adoção. **Do Abandono à Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

DOMINGOS, C. H. A Importância do Processo de Adoção Brasil (1988-2006). **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Ano VII, Nº 9 – Dezembro, 2006. Disponível em: <http://www.uniflu.edu.br/arquivos/Revistas/Revista09/Discente/Carla.pdf>. Acesso 04 de junho de 2020.

EBRAHIM, S. G. Adoção Tardia: Uma Visão Comparativa. Dissertação de Mestrado. Rev. Estudos de Psicologia, PUC-Campinas, v. 18, n. 2, p. 29-40, agosto, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v18n2/03.pdf>. Acesso 04 de junho de 2020.

FREITAS, C. Criança Institucionalizada: Importância da Preparação na Vivência do Processo de Adoção. Bahia: **Psicologia**, abril, 2017. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0406.pdf>. Acesso 04 de junho de 2020.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1996.

GHIRARDI, M. L. A.M. **A Devolução de Crianças e Adolescentes Adotivos Sob a Ótica Psicanalítica**: Reedição de Histórias de Abandono. Dissertação de Mestrado. São Paulo: IPUSP, 2008.

GOMES, O. **Direito de família**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 369.

LEVIZON, G. K. **Adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6ª ed. São Paulo: Atlas: 2011.

MAUX, A. A. B.; DUTRA, E. Adoção no Brasil. Algumas Reflexões. **Estudos e Pesquisa em Psicologia (online)**, v. 10, n. 2, p. 356-372, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v10n2/v10n2a05.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2019.

TABORDA, C. R. **Adoção**: A Família no Processo Adotivo. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio Grande do Sul 2014. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/2115/TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso 04 de junho de 2020.

WEBER, L. N. D. Os Filhos de Ninguém Abandono e Institucionalização de Crianças no Brasil. Rio de Janeiro: **Conjuntura Social**, p.30-36, julho 2000. Disponível em: <https://geracaoamanha.org.br/site/wp-content/uploads/2018/08/Os-filhos-de-ninguem.pdf>. Acesso 03 de junho de 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acidentes de Transporte Terrestre 41, 42, 44, 46, 51, 54, 55

Adoção 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 141

Afetos 78, 80, 85, 86, 87, 88, 89

Aglomerados 41

Agronegócio 106, 107, 109, 113, 114, 115, 117

Ancestralidade 216, 217, 222, 223

C

Capital 15, 67, 68, 71, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 122, 123, 126, 127, 130, 131, 147, 152, 169, 171, 173, 183, 184, 186, 188, 189, 201, 202, 207, 211, 212

Cartolas 155, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165

CBF 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167

Conservadorismo Social e Econômico 121, 123, 129

Coping 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105

Corrupção 155, 156, 159, 161, 162, 164, 166, 181

Covid 19 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24

Cultura de Paz 133, 136, 137, 139, 140, 141, 142

D

Direito Fundamental 133, 135, 168, 169, 172, 173, 174, 176, 177

Doença Ocupacional 14, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24

E

Economia Solidária 78, 79, 83, 88, 89, 182, 202

Estado 36, 47, 48, 55, 56, 61, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 77, 94, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 144, 147, 149, 151, 158, 159, 160, 161, 163, 166, 168, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 200, 201, 204, 205, 220

Ex-Presidiários 119, 120

G

Gestão Pública 1, 11, 227

H

Hiato do Gênero 25

I

Independência Congoleza 121, 126, 129

Institucionalização 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 128, 148

J

Justiça Restaurativa 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143

M

Medida Socioeducativa 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177

Mortalidade 3, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56

MST 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 199

N

Negociação Coletiva 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117

P

Política 76, 89, 147, 154, 155, 166, 167, 179

Política Pública 106, 107

Práticas Pedagógicas 133, 135

Previdência 19, 124

Procedimentos Hemodinâmicos 1, 10

Profissionalização 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177

R

Regime Disciplinar Diferenciado 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154

Reinserção 58, 63, 64, 119, 174

Rotas Metabólicas Bioquímicas 25, 38

S

Socialismo 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200

Socioeducandos 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176

T

Trabalho 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 32, 33, 34, 36, 38, 40, 45, 53, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 130, 133, 139, 142, 146, 150, 155, 156, 164, 168, 169, 171, 173, 174, 175, 177, 181, 182, 188, 190, 191, 192, 204, 207, 208, 210, 211, 213, 220, 221, 225

Transtorno do Espectro Autista (TEA) 90, 91, 92

Turismo 66, 71, 72, 76, 77

Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020